

Brasília, 19 de fevereiro de 2026

Seleção

Sumário

MSN Notícias

Quarta-feira, 18 de fevereiro de 2026 | Propriedade Intelectual

Netflix ameaça ByteDance: IA é acusada de pirataria 3

O Globo

Quinta-feira, 19 de fevereiro de 2026 | Propriedade Intelectual

Associações de mídia abrem negociação com empresas de IA 4

Folha.com

Quinta-feira, 19 de fevereiro de 2026 | Marco regulatório | INPI

Farmacêuticas dizem que projeto que estende patente do Ozempic pressiona gastos... 5

Quarta-feira, 18 de fevereiro de 2026 | Patentes

Governo da Bahia faz parceria com a Índia para baratear remédios que custam R\$ 1,... 6

O Globo Online

Quinta-feira, 19 de fevereiro de 2026 | Marco regulatório | INPI

Patente do Mounjaro: é urgente a quebra, como propõe o projeto de lei? Especialist... 7

Quarta-feira, 18 de fevereiro de 2026 | Propriedade Intelectual

Google e Apple lançam ferramentas de IA para música e desafiam Spotify 10

UOL Notícias

Quarta-feira, 18 de fevereiro de 2026 | Patentes

Ericsson processa Acer por licença de patente de tecnologia sem fio 4G e 5G 12

Netflix ameaça ByteDance: IA é acusada de pirataria



A Netflix notificou extrajudicialmente a ByteDance, dona do TikTok, acusando a empresa de **pirataria** envolvendo a IA Seedance 2.0, ferramenta capaz de gerar vídeos realistas. O streaming deu prazo de três dias para que medidas sejam adotadas, sob risco de ação judicial por violação de **direitos autorais**.

Segundo a Netflix, a inteligência artificial teria sido treinada ou utilizada com base em conteúdos protegidos, produzindo obras derivadas não autorizadas. A empresa classificou o sistema como um "motor de **pirataria** de alta velocidade", citando exemplos concretos.

Séries citadas na notificação

Entre os conteúdos mencionados estão produções de grande audiência da plataforma. A carta aponta supostas criações inspiradas em *Bridgerton*, incluindo o uso de hashtags relacionadas à série para promover vídeos gerados por IA.

Também teriam sido identificadas referências ao episódio final de *Stranger Things*, com reprodução de personagens e criaturas da trama.

Outro caso citado envolve *Round 6*, com a criação de crossovers não autorizados e inserção de figuras públicas em cenários semelhantes ao da produção original.

Prazo e exigências

Na notificação enviada à ByteDance - controladora do TikTok - a Netflix exige: Remoção de conteúdos protegidos dos dados de treinamento; Implementação de barreiras técnicas contra novas violações; Exclusão de vídeos já gerados com possíveis infrações; Identificação de terceiros que tenham utilizado a ferramenta de forma irregular.

A empresa afirma que não aceitará o uso de sua **propriedade intelectual** como se fosse material de domínio público.

Pressão de Hollywood e resposta da ByteDance

A controvérsia não envolve apenas a Netflix. Estúdios como Disney, Paramount Global e Warner Bros. também manifestaram preocupações sobre o uso de seus conteúdos em sistemas de IA generativa.

Antes mesmo da ameaça formal, a ByteDance anunciou ajustes na Seedance 2.0, prometendo reforçar mecanismos de proteção contra violações de **direitos autorais** e uso indevido da imagem de atores. A empresa, no entanto, não detalhou quando as mudanças entrarão em vigor.

Debate sobre IA e **direitos autorais**

O caso reacende um debate central na indústria do entretenimento: até que ponto modelos de inteligência artificial podem utilizar conteúdos existentes para treinamento? Especialistas avaliam que decisões judiciais nesse campo podem estabelecer precedentes globais para o setor.

Com o avanço acelerado da geração de vídeos por IA, o embate entre plataformas tecnológicas e estúdios tradicionais tende a se intensificar. O desfecho da disputa pode influenciar não apenas o mercado de streaming, mas todo o ecossistema criativo internacional.

para ver a matéria de inspiração!

Veja mais notícias

Associações de mídia abrem negociação com empresas de IA



Entidades afirmam que, ao discutir o uso de conteúdo, o objetivo é priorizar "a inovação responsável e a valorização" da indústria criativa.

A Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert), a Associação Nacional de Jornais (ANJ) e a Associação Nacional de Editores de Revistas (Aner), em conjunto com entidades representativas da música e da gestão coletiva de **direitos autorais**, anunciaram ontem sua decisão de estabelecer "um diálogo aberto e produtivo" com desenvolvedores de sistemas de inteligência artificial (IA).

O movimento, afirmam as entidades em nota, tem por objetivo priorizar "a inovação responsável e a valorização da indústria criativa nacional".

"Tendo como premissa a necessidade de autorização para uso dos conteúdos protegidos em ferramentas de IA, que é garantida por lei, o objetivo da iniciativa é construir uma ponte entre a tecnologia e os detentores de **direitos autorais**, garantindo que o avanço da IA no Brasil ocorra em harmonia com a sustentabilidade de quem produz informação de qualidade e cultura", afirmam as entidades em nota.

As associações ressaltam ainda que a IA "representa uma inovação relevante, já incorporada em nossas atividades e com potencial para impulsionar ainda mais a criatividade, produtividade e inovação

em diversos segmentos". "Nosso compromisso é com o desenvolvimento responsável e sustentável

dessas tecnologias. No entanto, entendemos que o avanço da IA deve respeitar os **direitos autorais** e a **propriedade intelectual** dos conteúdos produzidos por nossos associados, conforme previsto na Constituição Federal do Brasil e na Lei nº 9.610/98".

O comunicado destaca ainda que a proposta se estende a todas as plataformas e desenvolvedores de sistemas de IA que utilizem ou tenham interesse em utilizar conteúdos protegidos produzidos por seus associados. "O uso não autorizado de tais conteúdos pode comprometer o ecossistema de produção jornalística e artística, além de desestimular a criação intelectual e, principalmente, violar direitos", afirma a nota.

As entidades ressaltam estar abertas "à negociação de modelos de autorização, licenciamento e parcerias que garantam segurança jurídica e benefícios mútuos".

Além de Abert, ANJ e Aner, assinam o comunicado a Associação Brasileira de Música e Artes (Abramus), a Associação de Músicos Arranjadores e Regentes - Sociedade Musical Brasileira (Amar/Sombrás), a Associação de Intérpretes e Músicos (Assim), a Sociedade Brasileira de Autores, Compositores e Escritores de Música (Sbace), a Sociedade Independente de Compositores e Autores Musicais (Sicam), a Sociedade Brasileira de Administração e Proteção de Direitos Intelectuais (Socinpro), a União Brasileira de Compositores (UBC), a União Brasileira de Editoras de Música (Ubem) e o Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (Ecad).

Farmacêuticas dizem que projeto que estende patente do Ozempic pressiona gastos com saúde



Projeto de lei já tem mais de 300 assinaturas para ir direto ao plenário

Interessado na produção de genéricos, grupo FarmaBrasil fala em insegurança jurídica e desrespeito a STF

O grupo FarmaBrasil, que representa 12 das principais empresas farmacêuticas dopaís, criticou o projeto que quer estender o prazo de 20 anos de patentes de medicamentos.

O projeto ficou conhecido como PL do Ozempic porque a patente do medicamento no Brasil termina em março deste ano. As farmacêuticas estão interessadas em produzir genéricos da droga após o fim do registro.

A entidade afirma que o projeto cria insegurança jurídica para o setor e traz efeitos imediatos sobre preços e acesso. "Medicamentos com patentes pró-

ximas do vencimento teriam o monopólio da venda, adiando a concorrência de versões mais baratas e pressionando os gastos públicos com saúde", diz a nota.

O PL 5810/2025 prevê a extensão do prazo de vigência de **patentes** quando houver alegação de atraso administrativo no exame feito pelo **INPI (Instituto Nacional da Propriedade Industrial)**. A proposta já foi criticada pelo vice-presidente da república, Geraldo Alckmin (PSB).

O projeto ainda não passou pelas comissões, mas os deputados conseguiram 362 votos, acima do mínimo necessário, para levar o texto direto ao plenário. Mesmo assim, está longe de ser consenso.

A palavra final será do presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB). Aliados de Motta dizem que é zero a chance de pautar o projeto logo na volta do recesso. Muitos debates ainda serão feitos, dizem os parlamentares.

O FarmaBrasil ainda alega que a proposta vai na contramão da decisão do STF (Supremo Tribunal Federal) que considerou inconstitucional estender prazo de patentes além dos 20 anos já previstos em lei.

O grupo também já se manifestou contrário a outro projeto, o que busca quebrar a patente de medicamentos como o Monjauro e Zepbound. "Quem perde é o povo que precisa de garantia de fornecimento e ampliação de acesso", disse Reginaldo Arcuri, presidente-executivo do FarmaBrasil.

Governo da Bahia faz parceria com a Índia para baratear remédios que custam R\$ 1,7 bi por ano



Na lista, há medicamentos que tratam doenças raras e alguns tipos de câncer, como de mama

Meta é reduzir gasto do SUS com a produção local, que pode ter início ainda neste ano

Integrante da comitiva do presidente Lula (PT) à Índia, o governador da Bahia, Jerônimo Rodrigues (PT), vai visitar instalações de empresas indianas e assinar termos de compromisso para fechar uma parceria que permita ao governo estadual produzir ao menos quatro medicamentos oferecidos hoje no SUS.

O objetivo é baratear o preço dos remédios, que hoje custam R\$ 1,7 bilhão por ano. Entre eles, está o Pertuzumabe, usado no tratamento do câncer de

mama. Mas o medicamento mais caro para o SUS é o Eculizumabe, usado para tratar doenças raras e que tem uma demanda de R\$ 817 milhões.

O governo estadual poderá produzir ainda o Nivolumabe- imunoterapia para alguns tipos de câncer, como de pulmão, rim e estômago, e o Bevacizumabe, usado também no tratamento oncológico.

Com a produção local, a meta é reduzir o custo desses medicamentos ao SUS em até 25%, em alguns casos. Uma caixa que custa R\$ 20 mil pode cair para até R\$ 6 mil, segundo a diretora-presidente da Bahiafarma, Ceuci Nunes. "Uma economia de R\$ 600 milhões ao ano", garantiu.

A assinatura dos termos de compromisso será feita durante os fóruns empresariais na Índia e na Coreia do Sul, em 21 e 23 de fevereiro, respectivamente. As empresas internacionais são responsáveis pela tecnologia e **patentes** dos medicamentos.

A medida só se tornou possível porque, em 2024, a Bahiafarma selecionou a empresa nacional Bionovis como parceira privada na **transferência de tecnologia**. A partir disso é que serão firmados os acordos internacionais com a Samsung Bioepis (Coreia do Sul), Dr. Reddy's Laboratories e Biocon Biologics (Índia).

Patente do Mounjaro: é urgente a quebra, como propõe o projeto de lei? Especialistas avaliam e explicam as regras; entenda a polêmica



Embora cenário da obesidade no país seja alarmante, licenciamento compulsório pode criar desestímulo à pesquisa, insegurança jurídica e retaliações políticas

Na última semana, a Câmara dos Deputados aprovou um requerimento de regime de urgência para apreciar o Projeto de Lei 68/2026, que torna o medicamento Mounjaro, indicado para tratamento de diabetes e obesidade, como de interesse público e abrindo caminho para a quebra da sua patente. A proposta, no entanto, foi recebida com críticas pela indústria farmacêutica brasileira e especialistas na área, que temem impactos como desestímulo ao investimento em pesquisa, insegurança jurídica e retaliações políticas.

Segundo a legislação do Brasil, novos medicamentos são protegidos por **patente** por um período máximo de 20 anos do pedido de registro no **Instituto Nacional da Propriedade Industrial (Inpi)**. O prazo garante à farmacêutica que arcou com os custos de desenvolvimento o direito de comercializá-lo de forma exclusiva pelo período. Depois, outros fabricantes podem produzir e submeter à aprovação da Anvisa versões similares ou genéricas.

Os genéricos são obrigatoriamente ao menos 35% mais baratos, mas um estudo de pesquisadores da Universidade de Brasília e da Universidade Federal de Santa Catarina constatou que eles costumam ter preços 59% inferiores aos remédios de referência, e os similares, 15%.

O autor do PL, deputado federal Mário Heringer (PDT-MG), que fez uso do Mounjaro e perdeu 12 kg, com melhoras de taxas de pressão arterial, colesterol e triglicerídeos, argumenta que a obesidade é um grave problema de saúde pública e que os altos custos impedem o acesso a um medicamento de alta eficácia, por isso a justificativa para a quebra da patente.

- Hoje é um medicamento elitizado e queremos transformar numa ferramenta de saúde pública. Se chegarmos a preços razoáveis, não tenho dúvida de que a incorporação no SUS poderá acontecer. Não é um remédio para qualquer um, tem que ser acompanhado por médicos, mas poderíamos economizar muito no gasto com as comorbidades relacionadas à obesidade - afirma.

A prevalência da obesidade no Brasil saltou 118% no Brasil de 2006 a 2024, chegando a uma proporção de 1 a cada 4 adultos no país (25,7%), mostram os novos dados da pesquisa Vigitel, levantamento anual conduzido pelo Ministério da Saúde. Considerando o sobrepeso, quando o índice de massa corporal (IMC) ultrapassa 25 kg/m², a alta foi de 46,9%, e o quadro agora acomete a maioria dos brasileiros (62,6%).

No entanto, setores da indústria farmacêutica brasileira e especialistas em **propriedade intelectual** e direito sanitário afirmam que o licenciamento compulsório não é um mecanismo simples, tendo sido usado apenas uma vez na história do Brasil, e que o cenário da obesidade, embora grave, não justifica a medida.

- A lei brasileira autoriza em razões de emergência em saúde pública ou algum tipo de interesse de saúde pública para abastecimento da rede nacional de medicamentos patenteados que estão sofrendo de desabastecimento, ou seja, há uma escassez, e o dono da patente não consegue dar uma resposta adequada. Vejo um interesse político em correr com essa pauta sem que haja de fato uma clareza sobre qual o contexto sanitário - afirma Fernando Aith, diretor do Centro de Pesquisas em Direito Sanitário da Faculdade Saúde Pública da USP (Cepe-

Continuação: Patente do Mounjaro: é urgente a quebra, como propõe o projeto de lei? Especialistas avaliam e explicam as regras; entenda a polêmica

disa).

Ele cita, por exemplo, que é preciso entender se há uma crise de saúde pública, se há um problema de abastecimento e se o medicamento é a principal estratégia para lidar com ela. Hoje, porém, o Mounjaro não é incorporado ao Sistema Único de Saúde (SUS) e não faz parte oficialmente das diretrizes terapêuticas do governo para tratar a obesidade.

Além disso, a lei estabelece que, nesses casos, o poder público deveria dar prioridade a acordos de cooperação técnica com o titular da **patente**, como os de **transferência de tecnologia** que permitiu a produção de vacinas contra a Covid-19 no Brasil, e não partir imediatamente para o licenciamento compulsório.

- Na nossa visão, o PL não se justifica. Não é apresentada hoje uma situação de calamidade pública, como por exemplo uma epidemia ou um risco real de desabastecimento do sistema de saúde. A simples intenção de redução dos preços de um tratamento ou medicamento específico não é uma justificativa plausível. Também não se vê um comportamento abusivo por parte da titular das **patentes** e é importante lembrarmos que há diferentes alternativas terapêuticas existentes no mercado - avalia Guilherme Toshihiro Takeishi, presidente do Instituto Brasileiro de Estudos sobre Concorrência e **Propriedade Intelectual** (IBConPI).

O licenciamento compulsório foi usado apenas uma vez no Brasil, em 2007, para o medicamento Efavirenz, destinado a pessoas que vivem com HIV e ofertado pela rede pública na época. Naquele ano, a estimativa era que 38% dos pacientes, cerca de 75 mil pessoas, usavam o remédio, e que o licenciamento para produção em Farmanguinhos, na Fio-cruz, poderia gerar uma economia de 30 milhões de dólares ao ano.

Para o Mounjaro, o ministro da Saúde, Alexandre Padilha, já disse que a posição da pasta é seguir "o que diz a OMS, e, neste momento, não existe esse debate lá". O vice-presidente e ministro da Indústria, Desenvolvimento e Comércio, Geraldo Alckmin, também afirmou que o governo é contrário ao projeto por gerar insegurança jurídica para o setor no país.

Em 2021, o mecanismo do licenciamento compulsório chegou a ser aprovado também para vacinas e medicamentos usados contra a Covid-19, mas foi

vetado pelo governo. O que permitiu o acesso às ferramentas foi justamente o acordo com as farmacêuticas detentoras das patentes. E para Neuton Dornelas, presidente da Sociedade Brasileira de Endocrinologia e Metabologia (Sbem), o cenário atual é diferente:

- A obesidade é uma doença crônica, então é diferente de uma crise aguda como foi com a Covid-19. Nós preconizamos e entendemos que é necessário ampliar o acesso aos novos medicamentos para obesidade dentro do SUS, o que hoje é inexistente. Fazemos um apelo para que o poder público avalie as formas de fazer isso, mas de modo a respeitar toda a legislação vigente de **propriedade intelectual**.

A patente da semaglutida, princípio ativo do Wegovy, que tem atuação semelhante à do Mounjaro e também promove uma elevada perda de peso, vai chegar ao fim em março, já abrindo caminho para que outras farmacêuticas produzam versões mais baratas e ampliem o acesso. Diversas já estão, inclusive, em análise na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

Setor farmacêutico brasileiro é contra o PL

A Eli Lilly, farmacêutica americana responsável pelo Mounjaro, se opôs ao PL do licenciamento compulsório do remédio alegando que ele "contraria a norma técnica, mina a segurança jurídica e ameaça a inovação que é responsável por levar medicamentos de ponta aos pacientes".

O **laboratório** afirma ainda que o Brasil é uma de suas cinco maiores operações no mundo, com mais de mil colaboradores, 49 estudos clínicos ativos, R\$ 760 milhões investidos apenas em 2025 e mais de 14 novos tratamentos planejados até 2027. Mas diz que "o enfraquecimento das proteções de **propriedade intelectual** tornará o Brasil menos atrativo para futuros investimentos em inovação e atrasará o acesso dos pacientes a terapias que salvam vidas".

- O licenciamento pode criar uma insegurança jurídica. Há uma alta demanda global, e a empresa pode deixar de favorecer o Brasil num cenário como esse. E a indústria não estará pronta para produzir medicamentos de imediato - acrescenta Dornelas.

Na semana passada, 11 Entidades do setor farmacêutico brasileiro também assinaram um manifesto contra a proposta, alegando "preocupações de

Continuação: Patente do Mounjaro: é urgente a quebra, como propõe o projeto de lei? Especialistas avaliam e explicam as regras; entenda a polêmica

ordem técnica, jurídica e econômica", e afirmando que ela busca "simplificar excessivamente um desafio estrutural complexo".

- Quando tomamos uma atitude dessa, afugentamos o investimento na pesquisa. Nenhuma empresa vai investir num país que não respeita a **propriedade intelectual**. As empresas investem muito dinheiro na criação desses medicamentos, e o período da **patente** é quando elas recuperam esse valor graças à exclusividade no mercado - diz Nelson Mussolini, presidente executivo do Sindicato da Indústria de Produtos Farmacêuticos (Sindusfarma).

Além disso, a **quebra de patentes**, por si só, não assegura acesso imediato a versões mais baratas do Mounjaro, já que são fármacos difíceis de serem produzidos, explica Reginaldo Arcuri, presidente do Grupo Farma Brasil, que representa a indústria farmacêutica do país:

- Há uma ilusão de que a queda da patente permite aplicação imediata para produção de outros medicamentos. Remédios não são como alimentos, eles não têm uma receita pronta para serem fabricados. A produção por terceiros depende de um processo quase que de desenvolvimento paralelo para entender todos os equipamentos, insumos e detalhes necessários para a fabricação.

Para os especialistas, um licenciamento compulsório do Mounjaro também abre um precedente para retaliações governamentais dos Estados Unidos, de onde é a Eli Lilly, como, por exemplo, pela volta das tarifas.

- A única via é o que as indústrias brasileiras já estão fazendo, que é aguardar o prazo e, enquanto isso, ir se preparando para, quando ele chegar ao fim, rapidamente entrarem no mercado. Porque a lei permite que, mesmo durante o prazo da patente, a indústria já vá desenvolvendo suas versões, só precisam esperar para comercializá-las. É o que fizemos com a semaglutida, já temos diversos pedidos em análise pela Anvisa para entrar no mercado com o fim da patente neste ano - diz Arcuri.

INSCREVA-SE NA NEWSLETTER

Bem de Saúde

Novidades para você ficar bem de corpo e alma. Às quintas.

Google e Apple lançam ferramentas de IA para música e desafiam Spotify



Uma permite criar músicas originais a partir de texto, fotos ou vídeo; a outra converte comandos em playlists personalizadas com 25 faixas

A Alphabet, dona do Google, e a Apple, estão adicionando recursos de inteligência artificial (IA) generativa voltados para música aos seus principais aplicativos de consumo, destacando como essas ferramentas estão migrando para o uso mainstream.

O assistente de IA Gemini, do Google, agora pode criar faixas musicais de 30 segundos com base em texto, fotos ou vídeos enviados pelos usuários, utilizando o modelo mais recente da Google DeepMind, o Lyria 3, informou a empresa em um post no blog nesta quarta-feira.

O recurso, que pode gerar letras personalizadas ou áudio puramente instrumental, estará disponível para usuários com mais de 18 anos em vários idiomas. Ele está sendo lançado na versão para desktop do Gemini e aparecerá no aplicativo móvel nos próximos dias, segundo a empresa.

Seu popular modelo de criação de imagens, Nano Banana, também passará a gerar artes de capa personalizadas junto com a faixa, adicionando um elemento visual quando os usuários compartilharem links das músicas com outras pessoas, informou o Google.

Adicionar ferramentas de criação de áudio ao aplicativo móvel pode potencialmente fortalecer a oferta de produtos de consumo do Google, que segue em uma disputa com o ChatGPT, da OpenAI,

para conquistar usuários.

O Google recebeu elogios generalizados de investidores e usuários por seu modelo de IA Gemini 3, lançado em novembro, levando o CEO da OpenAI, Sam Altman, a declarar um "código vermelho" para acelerar melhorias no ChatGPT.

Ações do Spotify chegaram a cair após notícia

Separadamente nesta semana, a Apple informou que os consumidores em breve poderão usar IA para criar playlists no Apple Music. O recurso, chamado Playlist Playground, utiliza o Apple Intelligence para permitir que as pessoas transformem comandos de texto em playlists que incluirão arte de capa, descrição e 25 músicas.

Ele está incluído no iOS 26.4, lançado em versão beta na segunda-feira, e estará mais amplamente disponível nesta primavera no hemisfério norte. O novo recurso do Apple Music rivaliza com funcionalidade semelhante oferecida pela Spotify.

As ações do Spotify chegaram a apagar seus ganhos após o anúncio do Google. Os papéis da Sirius XM também recuaram.

"Não esperamos que isso seja decisivo contra o Spotify", escreveram analistas da Bloomberg Intelligence em nota na quarta-feira. "Ainda assim, acreditamos que esses movimentos podem forçar o Spotify a lançar em breve um recurso de mixagem com IA."

A Apple, que tem ficado para trás em inteligência artificial, está trabalhando para adicionar mais recursos de IA em seus aplicativos e dispositivos, incluindo em seu pacote de software recentemente lançado, Creator Studio.

Mas algumas atualizações muito aguardadas para sua assistente virtual Siri podem ser adiadas depois de terem sido anunciadas inicialmente em 2024, informou a Bloomberg News na semana passada.

Já o Google tem buscado mostrar aos investidores que seus investimentos em produtos movidos a IA podem ajudar a impulsionar a receita. Para lançamentos como este, isso significa que o produto não

é totalmente gratuito. Assim como o Gemini impõe limites diários à criação de imagens, usuários do plano gratuito poderão gerar 10 faixas por dia, enquanto usuários pagantes terão entre 20 e 100 faixas diárias, dependendo do nível de assinatura.

Os usuários terão o direito de usar as faixas geradas, informou a empresa, acrescentando que há filtros para verificar os resultados em relação a conteúdos existentes, de modo a não violar regras de **propriedade intelectual** ou privacidade.

Ferramentas de IA generativa têm sido recebidas com cautela - e às vezes com hostilidade - pela indústria musical, que vê parte da tecnologia como ameaça ao seu modelo de negócios e à **propriedade intelectual**.

Em 2024, a Universal Music, a Warner Music e a Sony Music Entertainment processaram as startups Suno AI e Uncharted Labs, desenvolvedora do Udio AI, por violação de **direitos autorais**. Desde então, a Warner Music fechou acordo com a Suno, e tanto ela quanto a Universal Music chegaram a

acordos com o Udio para manter o aplicativo funcionando com licenças e controles adequados.

O Google afirmou no post que possui salvaguardas que proíbem a IA de copiar conteúdo de artistas específicos. Se os usuários mencionarem músicos reais, o Gemini usará o comando apenas como "inspiração criativa ampla e criará uma faixa que compartilhe estilo ou clima semelhantes", acrescentou.

"Nosso treinamento para o Lyria 3 foi projetado para usar músicas que o YouTube e o Google têm direito de utilizar sob nossos termos de serviço, acordos com parceiros e a legislação aplicável", afirmou um porta-voz da empresa

INSCREVA-SE NA NEWSLETTER

IAí?

Entenda como a IA está transformando o nosso dia a dia

Ericsson processa Acer por licença de patente de tecnologia sem fio 4G e 5G

Por Blake Brittain 18 Fev (Reuters) - A Ericsson processou a Acer no tribunal federal de Delaware, em busca de uma declaração de que a empresa sueca de telecomunicações não está infringindo as patentes da Acer relacionadas aos padrões sem fio 4G e 5G.

Por Blake Brittain

18 Fev (Reuters) - A Ericsson processou a Acer no tribunal federal de Delaware, em busca de uma declaração de que a empresa sueca de telecomunicações não está infringindo as patentes da Acer relacionadas aos padrões sem fio 4G e 5G.

A Ericsson afirmou em uma ação que se tornou pública nesta quarta-feira que a Acer, com sede em Taiwan, violou sua obrigação de licenciar suas patentes essenciais a padrões em termos justos e ameaçou processá-la por **violação de patente**.

Continua após a publicidade

Os porta-vozes da Acer não responderam imediatamente a um pedido de comentário sobre o processo. Um porta-voz da Ericsson se recusou a comentar.

As **patentes** essenciais a padrões abrangem a tecnologia necessária para que dispositivos implementem padrões como 4G ou 5G sem fio e são exigidas por

organizações internacionais de definição de padrões para serem licenciadas em termos justos e razoáveis. Os padrões de comunicação sem fio têm estado no âncuro de muitas disputas de **patentes** envolvendo empresas de tecnologia, incluindo Ericsson e Acer, bem como Apple, Samsung e outras.

A Acer processou os clientes da Ericsson, Verizon, T-Mobile e AT&T, no tribunal federal do Texas no mês passado, acusando-os de infringir suas patentes através do uso das estações base celulares da Ericsson. O novo processo afirma que as alegações da Acer contra as empresas "deixaram claro que a Acer pretendia tomar medidas contra o equipamento de estação base da Ericsson, criando uma ameaça iminente de um processo por **violação de patente** pela Acer contra a Ericsson".

A Ericsson afirmou que se reuniu com a Acer, mas não conseguiu resolver a disputa entre as empresas. A Ericsson pediu ao tribunal que decidisse que não infringiu as patentes da Acer e que a Acer violou seu dever de negociar de boa-fé, além de solicitar uma indenização por danos monetários em valor não especificado.

(Reportagem de Blake Brittain em Washington)

Índice remissivo de assuntos

Direitos Autorais	1,2,8,9
Inovação	4,5,6,7
Marco regulatório INPI	3,5,6,7
Patentes	3,4,5,6,7,10
Propriedade Industrial	3,5,6,7
Propriedade Intelectual	1,2,5,6,7,8,9